

Alerta Legislação nº 35, de 24 a 29 ago. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre regras para renúncias de receita com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio e excepcionaliza os benefícios tributários destinados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, ao Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes e à realização da Copa do Mundo Feminina, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

28/08/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 27 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre regras para renúncias de receita com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio e excepcionaliza os benefícios tributários destinados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, ao Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes e à realização da Copa do Mundo Feminina, e dá outras providências.

25/08/2026

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.388, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 3.152.000.000,00, para o fim que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.387, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 7.000.000.000,00, para o fim que especifica.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.386, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de suspensão de tributos previstos no regime aduaneiro especial de *drawback*

	suspensão, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, para atos concessórios cujo cumprimento dos compromissos de exportação seja comprovadamente afetado pela aplicação de tarifas adicionais, diferenciadas por país de origem, sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América. <u>LEI Nº 15.491, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui a campanha de saúde pública Junho Vermelho, para estimular o desenvolvimento pelo poder público de ações de incentivo à doação de sangue. <u>DECRETO Nº 13.106, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Regulamenta o art. 79, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Compras Expressas.
24/08/2026	<u>DECRETO Nº 13.104, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Promulga o Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Montevideu, em 29 de abril de 2021. <u>DECRETO Nº 13.103, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Promulga a Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, firmada pela República Federativa do Brasil, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 82, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.375, de 3 de julho de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Amplia o rol de Carreiras e Planos Especiais de Cargos cujos ocupantes fazem jus à indenização de que trata a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, altera a Lei nº 15.367, de 30 de março de 2026, para admitir que as pessoas de que tratam o art. 6º da Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, e o art. 6º da Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017, exerçam o direito de opção de que tratam os art. 52 a art. 54 da referida Lei, e transforma cargos efetivos vagos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 24 de agosto de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 81, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.374, de 30 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2026 e retificada em edição extra do DOU do mesmo dia, que "Autoriza a concessão de apoio

	financeiro, na forma de subvenção econômica, aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que sofreram prejuízos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos da América ou de eventos climáticos extremos, com o objetivo de preservar a renda, a produção e os empregos no setor sucroenergético, e altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024, e a Medida Provisória nº 1.353, de 30 de abril de 2026", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 24 de agosto de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 80, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 24 de agosto de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 79, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.372, de 26 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 29, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 550.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 24 de agosto de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) – Conselho Interministerial do Plano Brasil Soberano <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE AGOSTO DE 2026</u> Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos de que trata o § 1º-A do art. 3º da Lei nº 15.473, de 22 de julho de 2026(*). (*) Altera as Leis nºs 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.

Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 312, DE 27 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui o Grupo de Trabalho do Plano Nacional das Culturas dos Povos Indígenas.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 4.363, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho para elaborar o Cenário Militar de Defesa (CMD) 2028-2050. <u>PORTARIA GM-MD Nº 4.327, DE 20 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre as diretrizes e o fluxo de trabalho para a elaboração da proposta de atualização do Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN. COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) → Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) <u>PORTARIA DECEA Nº 2.200/ATAN, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 (*)</u> Aprova a ICA 99-1, que dispõe sobre a tarifação dos serviços de navegação aérea prestados pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB. Protocolo COMAER nº 67600.014520/2026-59 (*) Republicada por ter saído no DOU de 21/08/2026, Seção 1, pág. 1, com incorreção do original.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 2.571, DE 25 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera a Portaria MF nº 2.198, de 23 de julho de 2026, que estabelece o valor da subvenção econômica da Gasolina "A", para fins do disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 1.358, de 13 de maio de 2026. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 23, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS <u>DESPACHO DECISÓRIO Nº 27/2026/CGS/SFI</u> Processo nº 00261.006648/2024-02 Interessado: ByteDance Brasil Tecnologia Ltda 1. Aplicar à empresa BYTEDANCE BRASIL as sanções de: 1.1 MULTA SIMPLES, nos valores de R\$ 63.176.686,67 (sessenta e três milhões, cento e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), por infrações ao art. 7º da LGPD; de R\$ 63.176.686,67 (sessenta e três milhões, cento e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos), por infrações ao art. 6º, VIII, da LGPD; e de R\$

	27.416.297,99 (vinte e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e nove centavos), por infração ao art. 6º, X, da LGPD; totalizando R\$ 153.769.671,33 (Cento e cinquenta e três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e três centavos). (...) SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR <u>PORTARIA CNCP/SENACON/MJSP Nº 74, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui Comissão Especial no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), para fins de regulamentação e enfrentamento ao comércio digital ilegal no País.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.038, DE 21 DE AGOSTO DE 2026(*)</u> Dispõe sobre a segurança sanitária em aeroportos e aeronaves e estabelece obrigações para as administradoras aeroportuárias, empresas aéreas e empresas prestadoras de serviços a terceiros. (*) Republicada por ter saído no DOU de 24/08/2026, com incorreção. ↳ 4ª Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.335, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)
Ministério das Relações Exteriores	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES ↳ Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos ↳ ↳ Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica ↳ ↳ ↳ Divisão de Atos Internacionais <u>EMENDA, POR TROÇA DE NOTAS, AO ACORDO BRASIL-CHINA SOBRE ISENÇÃO MÚTUA DE VISTOS</u> para Portadores de PADIPs e PASOFs (Passaporte de Serviço chinês)
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 1.208, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Altera a Portaria MDS nº 1.124, de 4 de novembro de 2025, que estabelece regras e procedimentos para a gestão e a operacionalização da concessão do benefício do Auxílio Gás do Povo.
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 371, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 9.421.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ministério do Turismo	CONSELHO NACIONAL DE TURISMO <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui a Câmara Temática de Legislação Turística, no âmbito do Conselho Nacional de Turismo.
Ministério dos Transportes	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 1.028, DE 17 DE AGOSTO DE 2026</u> Aprova a Deliberação nº 277, de 2026, que estabelece regime de transição para a consolidação dos sistemas de livre passagem (<i>free flow</i>) nos termos da Resolução Contran nº 1.013, de 14 de outubro de 2024.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF) <u>RESOLUÇÃO Nº 637, DE 20 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Manual Nacional do Responsável Técnico em Educação Física. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 20 DE AGOSTO DE 2026</u> Regula a atuação do farmacêutico em centros de pesquisa clínica e em outras instituições que realizem pesquisa clínica. <u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 20 DE AGOSTO DE 2026</u> Regulamenta as atribuições do farmacêutico no âmbito das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), e dá outras providências. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO) <u>RESOLUÇÃO-COFFITO Nº 661, DE 19 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre a atuação do Terapeuta Ocupacional em Cuidados Paliativos e Reabilitação Paliativa e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO-COFFITO Nº 660, DE 19 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre a atuação do Fisioterapeuta em Cuidados Paliativos e Reabilitação Paliativa e dá outras providências. CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN) <u>RESOLUÇÃO CFN Nº 863, DE 7 DE AGOSTO DE 2026</u> Autoriza o exercício profissional temporário, para fins educacionais, para Nutricionistas da República de Angola selecionados no Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola no período que especifica.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR

26/08/2026	<u>LEI Nº 18.497, DE 25 DE AGOSTO DE 2026</u> Autoriza o Poder Executivo a promover a absorção dos empregados atuais da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM das Linhas 10 - Turquesa, 11 - Coral, 12 - Safira e 13 - Jade por órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo. <u>DECRETO Nº 70.818, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Transfere os cargos que especifica e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 021, DE 25 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre a aplicação do autodiagnóstico do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual para o biênio 2026-2027 e dá providências correlatas.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 27, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e priorização, procedimentos e prazos para recebimento de cofinanciamento estadual destinado à implantação e ao custeio de unidades públicas de Centro POP e CREAS em municípios prioritários no Estado de São Paulo.
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGGD/SGP Nº 14, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos administrativos para reconhecimento, concessão, publicação e implantação do abono de permanência previsto no artigo 28 da Lei Complementar nº 1.354, de 2020. SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 15, DE 27 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos para concessão de licença-maternidade e licença-paternidade aos servidores públicos estatutários, aos servidores admitidos em caráter temporário e aos empregados públicos da Administração Direta e das Autarquias, nos termos previstos na Lei nº 18.473, de 03 de junho de 2026 e dá providências correlatas. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGGD/SGP Nº 14, DE 24 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos administrativos para reconhecimento, concessão, publicação e implantação do abono de permanência previsto no artigo 28 da Lei Complementar nº 1.354, de 2020.

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEMIL Nº 33, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre os requisitos para o funcionamento e a fiscalização dos centros de triagem e de reabilitação de animais silvestres no Estado de São Paulo e estabelece protocolos para o recebimento, marcação, triagem, quarentena, exames, controle reprodutivo, manejo, reabilitação, destinação e soltura dos animais, e dá outras providências.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 172, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a julho de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS <u>RESOLUÇÃO SS Nº 171, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a julho de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE). <u>RESOLUÇÃO SS Nº 170, DE 21 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a julho de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>RESOLUÇÃO Nº 2.346/2026-PGJ, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Institui o Fórum Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Cibercrime (FIPEC) no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
28/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 824/2026, DE 28/08/2026</u> Dispõe sobre o reconhecimento do Café de Garapa como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 823/2026, DE 28/08/2026</u> Estende a gratuidade da lavratura de escritura pública, já assegurada ao mutuário ou beneficiário originário de imóveis de

	construção popular do tipo CDHU, aos casos de regularização fundiária decorrentes de contrato de gaveta, e dá outras providências. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2026, DE 28/08/2026</u> Fica instituído o Programa Permanente de Prevenção, Proteção, Formação, Acolhimento e Promoção dos Direitos das Mulheres e Pessoas em situação de Violência, nos termos da Lei Federal nº 15.398, de 30 de Abril 2026 e dá outras providências.
27/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 821/2026, DE 27/08/2026</u> Institui a Política de Apoio à Internacionalização do Aeroporto Estadual Adhemar de Barros, em Presidente Prudente. <u>PROJETO DE LEI Nº 819/2026, DE 27/08/2026</u> Institui a função de agente de bordo no transporte coletivo rodoviário intermunicipal e metropolitano do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
26/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 817/2026, DE 26/08/2026</u> Dispõe sobre a disponibilização e utilização de Aparelho para Visualização de Veias nas unidades de saúde do Estado de São Paulo.
25/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 815/2026, DE 25/08/2026</u> Dispõe sobre o respeito à autonomia profissional de médicos ginecologistas na recusa motivada de atendimento em hipóteses de especialização técnica ou ausência de capacitação específica, e dá outras providências. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2026, DE 25/08/2026</u> Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para dispor sobre a composição e a Presidência da Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres.
24/08/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 814/2026, DE 24/08/2026</u> Institui a Política Estadual para prevenção, identificação e enfrentamento à violência vicária e proteção das pessoas por ela atingidas no Estado de São Paulo.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

28/08/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO CONJUNTO GP/SDG Nº 06/2026</u> Emenda Constitucional Nº 136/2025 – Regime de Precatórios, Requisitórios e Providências Correlatas (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/08/2026	<u>DECRETO Nº 65.474, DE 26 DE AGOSTO DE 2026</u> Dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional, instituído pela <u>Lei nº 14.938, de 30 de junho de 2009</u> , relativo ao exercício de 2026.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>